

O LAZER E O PRÍNCIPE ELETRÔNICO¹

THE LEISURE AND ELETRONIC PRINCE

Fernando Mascarenhas²

RESUMO: *Este texto procura apresentar algumas reflexões sobre a problemática do lazer frente ao contexto das aceleradas e profundas transformações pelas quais estamos passando, buscando compreender melhor a dinâmica das novas estruturas ideológicas em construção no âmbito do processo de globalização econômica.*

PALAVRAS-CHAVE: *Lazer, Educação, Globalização*

*"O cérebro eletrônico faz tudo
Faz quase tudo
Mas ele é mudo
O cérebro eletrônico comanda
Manda e desmanda
Ele é quem manda
Mas ele não anda..."*

(Cérebro Eletrônico/Gilberto Gil)

Vivemos no período das chamadas "revolução tecnológica" e "globalização econômica". A robótica e a microeletrônica alteram hábitos e comportamentos com velocidade impressionante. Transformam-se também as relações de poder. O neoliberalismo se impõe como "pensamento único". Quebram-se as barreiras do comércio. Anuncia-se o "fim do trabalho", o "fim da história". Aprofundam-se as cisões. Aumentam as desigualdades e injustiças. Avançam, em processo acelerado, os índices de miséria e pobreza entre a maioria da população mundial. Acabam-se as políticas sociais. Festejam-se os lucros. Diante deste cenário, cabe então perguntar: que importância ganha ou merece a problemática do lazer?

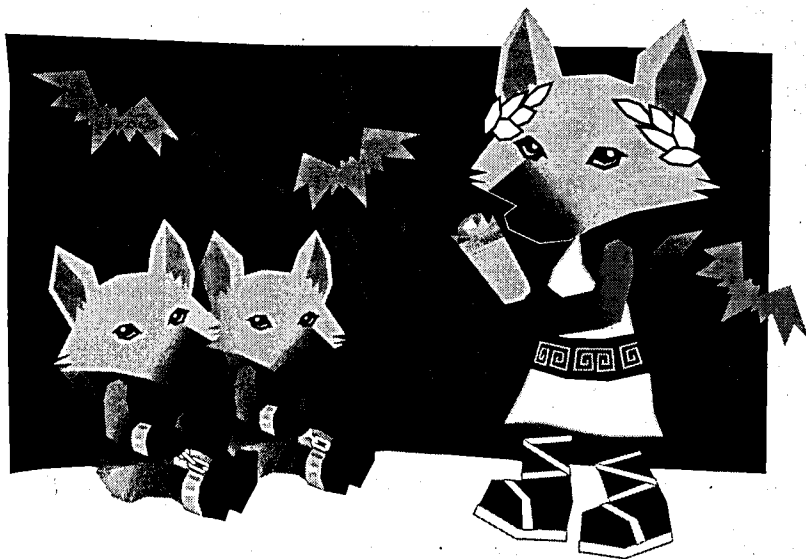
1 Este artigo é um recorte da dissertação "Lazer e Grupos Sociais: concepções e método", defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Unicamp.

2 Professor da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás - UFG. Sócio Pesquisador do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE. Vice-Presidente Regional do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. Doutorando em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Lino Castellani Filho. E-mail: fernando.masca@uol.com.br

Uma pequena e rápida discussão a respeito do que acontece na atualidade, particularmente no Brasil, pode em muito nos ajudar a responder tal questionamento. Longe de uma reflexão mais densa e elaborada, queremos apenas localizarmo-nos melhor frente às últimas transformações pelas quais o mundo está passando, procurando identificar os caminhos que o lazer pode trilhar como prática e/ou intervenção social e pedagógica.

Na Escuridão da Caverna

Na história da filosofia ocidental, uma obra clássica, "A República de Platão", apresenta o "Mito da Caverna". Trata-se de uma alegoria cuja idéia de caverna representa um mundo de sombras e escuridão. Em seu interior, encontram-se algumas pessoas amarradas e presas de tal modo que conseguem perceber apenas imagens projetadas na parede. São sombras de objetos artificiais produzidas pela luz de uma fogueira. Portanto, para tais prisioneiros, a realidade é constituída apenas pelas sombras destes objetos. Mas se um deles conseguir a liberdade, poderá voltar-se e ver cada um destes objetos para, posteriormente, enxergar o fogo e o próprio mundo real. Ora, em que pode nos interessar esta passagem ou parábola quando nossa discussão é o lazer nos dias atuais?



Séculos mais tarde, César Aparecido NUNES, em suas aulas de “Filosofia da Cultura”, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, a partir de uma reinterpretação da alegoria platônica, viria a falar do surgimento de uma nova “caverna”. Dígito, logo existo! Esta vem sendo a máxima que conecta milhares de pessoas a uma realidade virtual de conhecimento, informação, consumo, entretenimento etc. Esta realidade cria uma cultura à sua imagem e semelhança, com seus códigos, valores e linguagem.³ São as páginas da *Web, chat, sites* etc. Longe de querer freiar o avanço tecnológico, devemos estar atentos para o fato de que sua instrumentalização se articula muito mais aos interesses do capital do que propriamente ao bem estar humano. Se por um lado um contingente enorme de pessoas está conectado, parcela bem mais significativa da população encontra-se *off line* – isto é, despossuída e excluída – deste processo. Confessamos que as novas formas de comunicação abrem também novas possibilidades de resistência, mas o que se percebe, hegemonicamente, é o avanço desmedido e escandaloso de uma corrida que impõe a absoluta ruptura entre uma realidade sentida, experimentada e refletida, de outra virtualmente construída.

Ainda que esta nova e avançada linguagem informática confira maior performance e dinâmica à circulação de imagens e mensagens, por si só, não garante a reflexão e o debate das questões da vida social. É preciso ter cuidado com a falsa sensação de proximidade produzida pela idéia de um mundo virtualmente unificado que, na verdade, está literalmente dividido. Apesar da ilusão de que vivemos em uma democracia virtual, os autênticos espaços que concentram poder escapam à participação efetiva da maioria da população. Estamos vivendo, como diz Marilena Chauí, o amanhecer de uma

“(...) sociedade administrada, que passou a ter o controle tecnológico de todas as classes sociais, como se fosse a própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses pessoais – a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível. Não é, portanto, de admirar que (...) os controles sociais tenham sido introjetados a ponto de até o protesto individual ser afetado em suas raízes”

(em Introdução ao Direito a Preguiça, de Paul LAFARGUE, 1999. p.47-48). Pensamos aqui nas “Listas de Discussão” do Centro Esportivo Virtual

³ No campo do lazer, a este respeito, é curioso e ilustrativo o artigo de WERNECK (1999).

(CEV)⁴ – dentre as quais, a lista “cevlazer” –, onde habita a idéia de uma democracia fundada na intensa troca de informações, consultas e deliberações. Neste espaço, não são poucas as manifestações de indignação e revolta. No entanto, torna-se preciso saber diferenciar uma paralisação virtual – o que já aconteceu nestas “listas” – de uma verdadeira greve, algumas centenas de mensagens de algumas centenas de pessoas reunidas em ato público ou passeata e uma reunião virtual, resguardada pela proteção da distância, sem o risco da convivência nem da experiência, de uma tensa e conflituosa plenária ou assembléia. *“Na ágora eletrônica, indivíduos isolados, anônimos, mas presumivelmente bem informados, podem reunir-se sem o risco de violência ou infecção, engajando-se em debates, troca de informações ou meramente não fazendo nada”* (Julian Stallabrass apud Octavio IANNI, 1999. p.16). Salvo as contribuições que o CEV vem proporcionando às áreas do lazer, educação física e esporte, estas são algumas das contradições e perigos desta nova “cultura cibernética”.

Nestes tempos em que o mundo vive sob a marcante influência da tecnologia e microeletrônica, IANNI (1999) nos chama atenção para o fato de que:

“No fim do século XX, há sérios indícios de que os “príncipes” de Maquiavel e Gramsci,⁵ assim como de outros técnicos da Política, envelheceram, exigem outras figurações ou simplesmente tornaram-se anacrônicos. Na época da globalização, alteram-se quantitativamente e qualitativamente as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito de uma configuração histórico-social de vida, trabalho e cultura na qual as sociedades civis nacionais revelam-se províncias da sociedade civil mundial em formação. Nessa época, as tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas impregnaram crescente e generalizadamente todas as esferas da sociedade nacional e mundial; e de modo particularmente acentuado as estruturas de poder, as tecnoestruturas, os think tanks, os lobbyings, as organizações multilaterais e as corporações transacionais, sem esquecer as corporações da mídia. Esse pode ser o clima em que se forma, impõe e sobrepõe O príncipe eletrônico, sem o qual seria difícil compreender a teoria e a prática da política na época da globalização” (p.7).

E continua:

4 O endereço eletrônico do Centro Esportivo Virtual na Internet corresponde ao site <http://www.cev.org.br>

5 Segundo IANNI (1999), para Nicolau Maquiavel, o príncipe é uma pessoa, uma figura política, o líder ou condottiero, capaz de articular inteligentemente as suas qualidades de atuação e liderança com as condições sociopolíticas nas quais deve atuar; já para Antonio Gramsci, o moderno príncipe não é uma pessoa, mas uma organização, a própria vontade coletiva expressa pelo partido político.

"O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade (...) É óbvio que o príncipe eletrônico não é nem homogêneo nem monolítico, tanto em âmbito nacional como mundial (...) Em geral, no entanto, o príncipe eletrônico expressa principalmente a visão do mundo prevalecente nos blocos de poder predominantes, em escala nacional, regional e mundial, habitualmente articulados" (p.11-12).

Estamos falando, é bem verdade, da consolidação de novas estruturas ideológicas⁶ – para além da escola, imprensa, lazer etc – que conferem legitimidade ao discurso neoliberal e à globalização econômica. *"No âmbito da democracia eletrônica, dissolvem-se as fronteiras entre o público e o privado; o mercado e a cultura, o cidadão e o consumidor, o povo e a multidão"* (IANNI, 1999. p.15). Com implicações econômicas, políticas, sociais, éticas, culturais, morais e educacionais, esta nova concepção de mundo remete para o campo do invisível, dos mecanismos reguladores "naturais" de mercado, a origem de todos os males que, no contexto de crise do capital, são vistas apenas como "disfunções" momentâneas e passageiras produzidas por desajustes conjunturais. Tal análise está, portanto, baseada no ocultamento das relações de poder e exclusão social inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista. Surge, deste modo, o anúncio de uma "sociedade pós-industrial"⁷ – diga-se de passagem, sem classes – fundada não na exclusão, mas no fim da centralidade do trabalho e na economia global, onde o conhecimento – com todo avanço técnico-científico – está ao alcance de todos.

Por outro lado, FRIGOTTO (1999), ao debater o papel da educação frente a crise do capitalismo real, alerta:

"A tese da sociedade pós-industrial e pós-moderna, expressões de um novo paradigma científico e tecnológico, – sociedade do conhecimento – representaria a superação das desigualdades pelas formas de regulação social do mercado capitalista. É neste sentido que a "nova" sociedade do conhecimento – por ser um bem disponível, supostamente atingível por

6 Para GRAMSCI (1978), a ideologia é a "concepção de mundo" difundida entre os diversos grupos sociais / classes sociais que formam uma sociedade, manifestando-se pela religião, filosofia, senso comum etc. Assim, o material ideológico veiculado pela escola, igreja etc – aqui inclui-se também o lazer – reflete a "concepção de mundo" de quem o produz. Este material, quando produzido e difundido pelos grupos dominantes, reforça sua hegemonia.

7 A este respeito, ganham espaço e destaque no campo do lazer as teses do sociólogo italiano Domenico De Masi. Para uma maior compreensão ver: DE MASI, D. *Desenvolvimento sem trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Esfera, 1999.

todos – tem a capacidade de eliminar as diferenças e desigualdades. O proletariado se transforma em cognitariado. Os conflitos, as relações de poder e de força ficam zerados malgrado a exacerbação da concentração e centralização de capital e conhecimento e dos mecanismos de exclusão” (p.197).

Seguindo a direção apologética do “fim do trabalho”, com ajuda do mesmo autor, podemos localizar também o anúncio de uma “sociedade informática”,⁸ onde a nova base científica e tecnológica figura como justificativa para a superação absoluta do *homo laborans* pelo *homo ludens*. No entanto, curiosamente, “a tecnologia que tem a virtualidade de liberar o homem para um tempo maior para o mundo da liberdade, da criação, do lúdico, paradoxalmente o escraviza e o subjuga, sob as relações de propriedade privada e de exclusão, ao desemprego e subemprego” (FRIGOTTO, 1999. p.118-119).

Na mesma linha, CATTANI (1996) denuncia:

“O diagnóstico pós-moderno tem bases reais de referência. A fragmentação e a flexibilização são realidades irrefutáveis. Um novo paradigma sócio-econômico está sendo definido neste final de século. A questão é que o diagnóstico enfatiza alguns fenômenos, dissimulando a permanência de graves problemas na ordem social. Foi dado “adeus ao trabalho”, “adeus ao proletariado”, mas não adeus aos patrões e ao capital. O diagnóstico legitima, também, discursos que podem descambar, facilmente, no ceticismo, na razão cínica, no conformismo, que é o viveiro potencial do colaboracionismo com as práticas anti-sociais das elites” (p.21).

Mas no plano concreto, que alterações sugere o neoliberalismo? Podemos dizer, em resumo, que a ofensiva neoliberal, com toda sua estrutura ideológica, postula a consolidação de um conjunto de teses que passam pela retirada da intervenção estatal do cenário econômico – ou seja, a idéia de Estado mínimo –, o fim das garantias e estabilidade de emprego – isto é, a desregulamentação do trabalho –, a garantia das leis de mercado – o que significa deixar a economia sob a responsabilidade da “mão invisível” reguladora do mercado –, a diminuição dos impostos e taxaço sobre o capital, o fim das barreiras econômicas e a redução dos

⁸ A idéia de “sociedade informática” é introduzida por Adam Schaff em obra com o mesmo título: SCHAFF, A. Sociedade informática. São Paulo: Brasiliense, 1990. No entanto, destaca-se que Schaff, diferentemente de outros autores, entende que esta sociedade futura somente poderá surgir no contexto de uma “economia coletivista”, e fazendo ressalva à dimensão ontológica do trabalho, anuncia apenas o fim do trabalho abstrato.

gastos e/ou investimentos em políticas sociais. Como implicações, percebe-se, por um lado, o maior acúmulo de riquezas por uma parcela cada vez mais reduzida da população mundial e, por outro, o aumento brutal dos índices de degradação e miséria humana provocados pela exclusão social. Nisto, não há nada de imaginário, pois é esta a realidade – diga-se de passagem, barbárie econômica – sentida e experimentada vivencialmente por milhares de pessoas.

Brasil-Brasis: a caverna é aqui!

Por ocasião do *IV Encuentro Internacional de Estudio e Intercambio sobre Tiempo Libre y Recreacion*, realizado em Córdoba na Argentina, em junho de 1999, um relato nos chamou atenção. Um colega do Uruguai, entre algumas pessoas, falava de um trágico e recente acontecimento ocorrido em Montevidéu. Uma mulher, residente em um *cantegril*⁹ – o equivalente à *favela* no Brasil – saíra para o trabalho deixando, como de costume, seus dois pequenos filhos em casa. Mais tarde, quando voltou, para seu espanto e desespero, o lugar estava em cinzas. Um quadro de verdadeiro horror, pois os corpos das crianças haviam sido consumidos pelo fogo. Os técnicos disseram para a pobre mãe que um problema com o aquecedor provocara o acidente. Terminado o relato, o colega uruguaio pôs-se a refletir em voz alta. As condições de vida daquela família não eram nada boas. A casa de que falara, era na verdade, um humilde casebre cujo sistema de aquecimento era garantido por um antigo e inadequado aquecedor de querosene. A mulher não dispunha de qualquer ajuda sequer para o sustento dos filhos e possuía uma excessiva carga/jornada de trabalho não tendo com quem deixá-los. Escolas, creches, saneamento e todos os demais direitos sociais não passavam de uma ilusão naquele lugar. Sem sombra de dúvidas, o que matou aquelas crianças não foi somente uma obra do acaso ou acidente. Concluiu que foi a miséria a causadora da tragédia.

Desejamos evidenciar com esta pequena estória que o aludido *cantegril* no Uruguai, bem como as *villas miserias* na Argentina e as favelas no Brasil não são acidentes de percurso do desenvolvimento capitalista, fazem parte da própria lógica de desigualdades imposta por um modo de produção em que quase um terço da população mundial

⁹ No Uruguai, a denominação *cantegril* tem origem na ação de uma empresa construtora de mesmo nome que erradicou as *Vilas dos Tupamaros*, substituindo-as por grandes edificações do tipo "monoblocos". Na Argentina, o equivalente é chamado por *villas miserias*.

sobrevive em condições de extrema pobreza. *“A realidade econômico-social que está se produzindo na América Latina torna uma das teses básicas da doutrina neoliberal (...) – de que a desigualdade é fundamental para a eficiência e produtividade capitalista – uma lastimável profecia que vem se concretizando”* (FRIGOTTO, 1999. p.90). E para piorar, tal situação agrava-se ainda mais frente aos sucessivos cortes no orçamento público destinado ao financiamento de políticas sociais básicas. Tudo isto porque *“o poder mundial se encontra nos organismos econômicos privados (Banco Mundial, FMI, etc) com os quais os Estados contraem dívidas públicas, isto é, os cidadãos devem pagar para o que esses organismos privados exigem que façam. No momento, esses organismos privados internacionais exigem que os governos “eliminam o déficit público”, isto é, destruam ou não criem políticas sociais que sirvam de paliativo à barbárie econômica”* (Chauí, em introdução ao Direito a Preguiça, de Paul LAFARGUE, 1999. p.53).

No Brasil, segundo reportagem de Hamilton de SOUZA, na *Revista ADUSP*, citada por Castellani Filho (in MARCELLINO, 1996), configura-se o seguinte cenário:

“(...) em várias oportunidades ao longo de sua história, o Brasil perdeu a oportunidade de construir um desenvolvimento integral do povo e do país. Essa dissociação cavou abismos, gerou contrastes e produziu disparidades internas e externas. O Brasil econômico anda longe do Brasil social. Num dos extremos, ostenta o 1º lugar mundial na produção de açúcar, café, laranja e mandioca e o 2º lugar em rebanho bovino. No outro extremo, 400 mil crianças morrem de fome anualmente e 22 milhões de brasileiros – 9% da população urbana e 34% da rural – vivem abaixo da linha da pobreza absoluta (...) Segundo relatório de 1995 do Banco Mundial, os 10% mais ricos da população abocanharam 51,3% do PIB, Produto Interno Bruto (enquanto) os 40% mais pobres ficam com 7% dele, o índice mais baixo de todos os 145 países incluídos no relatório do UNICEF sobre a Situação Mundial da Infância, também de 1995” (p.10).

Mas esta situação não é de agora, há uma lógica na pobreza brasileira. São quinhentos anos de história mal contada. Diferentemente de nações realmente pobres, a miséria no Brasil é o resultado de um modelo econômico que mais parece uma “fábrica de pobreza”. Para abolir a pobreza, como diz BUARQUE (1999), o primeiro passo é fechar esta “fábrica de pobreza”. O tipo de economia que temos prefere pagar a

dívida com os bancos a pagar a dívida com as crianças e os desempregados. Prefere uma agricultura latifundiária para exportação do que uma agricultura de pequenos e médios agricultores para o mercado interno. Prefere investir em infra-estrutura econômica para beneficiar grandes empresas, que não empregam nem pagam impostos, do que investir em escolas, água potável, saneamento e sistema de saúde.

Este vergonhoso quadro de desigualdades pode ser atribuído ao programa de ajuste estrutural imposto pelo Fundo Monetário Internacional e Banco mundial, que tentam a todo custo garantir o processo de globalização do comércio internacional. Primeiro, inventaram a desculpa de que os salários não poderiam ser reajustados em nome da estabilidade econômica. Recentemente, a necessidade de redução do déficit público foi o que passou a justificar o não enfrentamento do atual estado de miséria a que está submetida a maioria de nossa população, ainda que estas mesmas instituições já reconheçam o aumento da pobreza no mundo.¹⁰ Marilena Chauí, em reforço às palavras de FORRESTER (1997), observa que, paradoxalmente,

"as críticas pelas calamidades econômicas são dirigidas aos trabalhadores e nenhuma crítica tem como alvo os organismos mundiais privados e a submissão dos Estados a eles. Nenhuma crítica é dirigida à "empresa cidadã", com suas subvenções e isenções, que se desloca a vontade pelos territórios, deixando o rastro de desemprego e da miséria a cada novo deslocamento. A culpa da miséria é dos miseráveis, quem ignora verdade tão elementar?" (em Introdução ao Direito a Preguiça, de Paul LAFARGUE, 1999. p.54).

Como vêem, vivemos sob o manto de uma trágica e grande farsa. Mas é diante dessa realidade que devemos pensar e inserir a questão do lazer. Sendo assim, nossa atenção deve ser redobrada, pois como nos alerta Castellani Filho (in MARCELLINO, 1996), um outro paradoxo vem sendo o propalado crescimento, apesar da realidade denunciada, de investimentos privados no setor de entretenimento por parte da chamada "indústria do lazer" no Brasil. O entendimento de que o lazer se constitui em importante indicador da qualidade de vida de um povo, parece ainda

¹⁰ Sobre este assunto consultar: CASTELLANI FILHO (2000). No que se refere especificamente à educação, sobre como o Banco Mundial reconhece as incoerências de sua política centrada no mercado, ver: SGUISSARDI, AMARAL (2000)

não ter sensibilizado o poder público quanto à necessidade da efetiva implementação de políticas permanentes para o setor.

Desta forma, o pouco tempo livre que resta ao trabalhador, apesar de todo este quadro de pauperização, converte-se também em ganho para o capital. Sob a mesma lógica da já denunciada “fábrica de pobreza”, os senhores mandatários do país preferem um modelo de lazer que atenda às demandas da “indústria do turismo e entretenimento” do que a construção de um projeto político para o mesmo onde figurem esforços para o bem estar e melhoria da qualidade de vida da população. *“Além de controlar o corpo e a mente dos trabalhadores (...), a sociedade administrada também controla as conquistas proletárias sobre o tempo de descanso (...). A indústria cultural, a indústria da moda e do turismo, a indústria do esporte e do lazer estão estruturadas em conformidade com as exigências do mercado capitalista (...)”* (Chauí, em introdução ao Direito a Preguiça, de Paul LAFARGUE, 1999. p.48).

Ao comentar o mesmo problema, ANTUNES (1999) destaca:

“Dos serviços públicos cada vez mais privatizados, até o turismo, onde o ‘tempo livre’ é instigado a ser gasto no consumo dos shoppings, são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho. Um exemplo ainda mais forte é dado pela necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do ‘tempo livre’ dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir ‘empregabilidade’ (...)” (p.131).

Se em outro momento histórico as ressalvas dirigidas ao tempo livre pelo capital foram bastante incisivas, tendo em vista que a percepção deste mesmo tempo baseava-se na idéia de “tempo perdido”, condenado tanto por critérios morais como produtivos, em nossa realidade, o lazer – tido como parte constitutiva do tempo livre – apresenta-se hegemonicamente como uma espécie de “tábua de salvação”. Frente aos interesses econômicos mercadológicos, o fomento às práticas de lazer torna-se evidente, e sua potencialidade/capacidade temporal de consumo constitui-se, então, como poderoso instrumento para a reprodução do capital. Neste contexto, o resíduo de tempo em que ocorre o lazer e a maneira como dele as pessoas se apropriam, caracteriza-se pelo modo ou posição que o sujeito ou determinado grupo ocupa na sociedade de classes. Desta maneira, é com referência no poder de compra e/ou consumo que são verificadas as diversas formas de emprego do lazer.

Como alerta CUNHA (1987), tendo em vista que o consumo se materializa como um dos momentos indispensáveis para a ciranda econômica – outros seriam a produção, distribuição e troca –, o tempo livre converte-se em um tempo imprescindível à produção. Portanto, o lazer se insere como uma categoria interna da economia política. Queremos dizer com isso que sua manifestação não ocorre senão como uma emanção da própria economia capitalista. Quanto mais contraditórias e agudizadas as diferenciações de classe no interior de uma dada sociedade, maiores serão as distinções do tempo e práticas de lazer entre os grupamentos sociais.

Frente ao que expomos até aqui, achamos mais do que procedente fazer alusão à idéia do Brasil-Brasis também no campo do lazer, pois "(...) o incremento de ações no universo da indústria do lazer, em nosso país, direciona-se exclusivamente àquela parte do Brasil sintonizado com a Bélgica, na por demais conhecida alusão à Belíndia,"¹¹ formatação tipicamente tupiniquim da tese dos dois brasis. De novidade, apenas a percepção de que cada vez menos brasileiros compõem a parte belga de nosso país, estando engrossando a olhos vistos, a população constitutiva da outra parte" (Castellani Filho in MARCELLINO, 1996. p.14). As contradições são gritantes: de um lado este carnaval, de outro a fome total. Até quando, na vã tentativa de esconder nosso desarranjo econômico, procuraremos minimizar nossas frustrações pela "carnavalização" da miséria? Como entender o lazer diante deste quadro?

Conforme Istvan Mészáros, citado por CAVALCANTI (1984), podemos dizer o seguinte:

"(...) a interpretação marxista recusa este 'lazer' cegamente subordinado às necessidades da produção de mercadorias, propondo a substituição da contabilidade monetária 'a varejo' por uma contabilidade social abrangente, na qual seja possível o aproveitamento prático da cultura adquirida através do 'tempo livre', na forma de uma utilização' capaz de integrá-la na elaboração da política e na tomada de decisões, a única capaz de lhe dar um senso de finalidade (...)" (p.65).

O tempo livre – e por consequência o lazer – constituir-se-ia, assim, como um potencial espaço para a autodeterminação dos grupos e pessoas,

¹¹ A tese da *Belíndia* baseia-se no fato de que setores privilegiados do Brasil, cujos índices de desenvolvimento aproximam-se aos da Bélgica, são obrigados a conviver com regiões onde predominam condições semelhantes às da Índia.

permitindo o avanço de uma consciência cidadã construída frente as inter-relações produzidas entre categorias como liberdade, responsabilidade, participação, organização e política.

Iluminando o Caminho

Em um contexto de profunda cisão, onde o “mundo rico” se distancia cada vez mais do “mundo pobre”, onde crescem os níveis de violência, destruição e exclusão, onde tudo se “espetaculariza” e se “naturaliza”, seria sensato falar em igualdade e solidariedade? Em uma época em que se anunciam e se comemoram o triunfo da “sociedade pós-industrial”, “sociedade informática”, “sociedade do conhecimento”, “fim do trabalho” e “sociedade do lazer”, onde imperam e operam as teses de um “pensamento único”, seria prudente falar em resistência e lutas sociais? Em uma realidade onde, cada vez mais, ganham força a “indústria do entretenimento” e “indústria do lazer”, onde predominam o consumo, o simulacro, a descontinuidade e a fragmentação, seria inteligente de nossa parte pensar no lazer como uma prática crítica, criativa e verdadeiramente educativa? Apenas comportamentos de ceticismo e resignação, foi o que nos restou?

Definitivamente, não! Este não é o mundo em que queremos viver, este não é o nosso jogo. Ainda que *“afirmem e reafirmem o fim da geografia, o fim da história, a formação da aldeia global e a primazia do pensamento neoliberal, não só subsistem como também multiplicam-se atritos, contradições e conflitos”* (IANNI, 1999, p.21). O processo que desarticula a consciência da existência,¹² dissociando condições e possibilidades, não está livre de obstruções. É impossível negar o quadro de profundas transformações pelo qual o mundo está passando. No entanto, como também diz IANNI (1999), a sociedade mundializada – por meio da qual se articulam mercados e mercadorias, capitais e tecnologias, força de trabalho e mais-valia – que anunciam como sendo o próprio “fim da história”, está longe de se consolidar.

E o mesmo autor ainda acrescenta:

“Simultaneamente, por dentro e por fora da sociedade informática, virtual e sideral, são muitos, muitíssimos, muito mais, multidões, os que continuam situados, enraizados, territorializados, geoistóricos. Dedicam-se aos trabalhos e aos dias, podendo estar empregados ou desempregados, conscientes ou inconscientes, resignados ou

12.Sobre a relação *consciência e existência*, concordamos com Paulo FREIRE (1983), entendendo a consciência como a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica, nas suas relações causais e circunstanciais.

desesperados. Para viver, precisam comer, beber, vestir-se, abrigar-se, mover-se, reproduzir-se; desenvolvem meios e formas de sociabilidade, jogos de forças sociais; dedicam-se a pensar, sentir, compreender, explicar, fabular; empenham-se em juntar e desconjuntar o passado e o presente, a biografia e a história, a parte e o todo, a aparência e a essência, o singular e o universal, a existência e a consciência, o esclarecimento e a utopia" (p.21).

Nesta realidade circunscrita ao comer, beber, vestir-se, abrigar-se, mover-se e reproduzir-se, desenvolvem-se as ações de sujeitos dentro de um processo social, político e cultural que traz consigo a real possibilidade de construção de uma identidade coletiva e a conseqüente sensação e consciência de pertencimento a um determinado grupo social.¹³ Frente ao diálogo com algumas reflexões feitas por Maurício Roberto da SILVA (1999), podemos dizer que as diversas necessidades destes sujeitos para sobrevivência no espaço de sua vida cotidiana, que podem ser garantidas por meio de uma luta coletiva pela implementação de políticas públicas específicas – trabalho, educação, saúde, transporte, lazer etc –, retiram categorias como participação, direitos e cidadania do campo da virtualidade, introduzindo-as novamente no terreno do concreto real.

Mas como inserir criticamente tais categorias no âmbito do debate acerca do lazer e, para além disso, na própria prática do lazer com grupos sociais? O acesso ao lazer – compreendido como direito social básico, ao lado do trabalho, educação, saúde, habitação etc – pode ser entendido como pressuposto de cidadania e qualidade de vida. No entanto, procurando ampliar o leque das possibilidades de articulação entre lazer e cidadania, optamos pela compreensão de que o lazer se constitui como um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia. Desta forma, dentro de uma perspectiva crítica e de emancipação dos grupos populares, o lazer pode ser entendido também como tempo e espaço para o exercício da cidadania e prática da liberdade. Acreditamos ser possível considerá-lo como força de reorganização da vida social,

¹³ Embora tenhamos optado neste texto pela definição "grupos sociais", faz-se necessário, como comenta ANTUNES (1999), afirmar que as ações destes mesmos grupos ganham muito mais vitalidade e força emancipadora quando estão articuladas com a luta do trabalho contra o capital. Deste modo, não abandonamos a categoria "classe social", muito menos a idéia de "luta de classes". Destaca-se aqui que, ao trabalharmos com análises produzidas por Antunes, Chauí, Cattani, Ianni e Frigotto, estamos cientes das diferenças que estes autores comportam entre si. Entretanto, são diferenças possíveis de serem trabalhadas somente porque se situam dentro do mesmo campo teórico.

colaborando para a construção de novas normas, valores de convívio e para o questionamento da ordem vigente. Portanto, pela vivência e reflexão das atividades e conteúdos do lazer, espera-se garantir a apropriação de um saber correspondente às experiências e reais necessidades destes mesmos grupos. Esta forma de saber de que estamos falando, como diz COSTA (1981), constitui-se de um "saber-instrumento", meio para que os grupos sociais e populares possam fortalecer sua participação na formulação e encaminhamento de propostas para a modificação de suas atuais condições de existência.

Por fim, podemos anunciar que o conceito de cidadania, em suas conexões com a prática do lazer, deve ser objeto de uma reflexão mais demorada, demandando um debate que pretendemos realizar em outro momento. Mas antecipamos, desde já, que estamos falando de uma cidadania organizada e de um lazer balizado por princípios como participação, igualdade, inclusão, luta e resistência, ambos concebidos como instrumentos de poder que reclamam, com intransigência, a continuidade da história.

ABSTRACT: *This text introduces some reflexions about the leisure problematical, foward to the accelerated and profound context of transformations, which we are getting though, searching for a better, understanding of the new ideological structure dynamics in construction according to the process of economic globalization.*

KEY-WORDS: *Leisure, Education, Globalization*

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Cortez; 1999.
- BUARQUE, Cristovam. *A Segunda abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Os tempos da globalização*. Campinas: mimeo, 2000.
- CATTANI, Antonio. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CAVALCANTI, Katia Brandão. *Esporte para todos: um discurso ideológico*. São Paulo: IBRASA, 1984.
- COSTA, Beatriz Bebiano. *Para analisar uma prática de educação popular*. Fortaleza: mimeo, 1981.

- CUNHA, Newton. *A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DE MASI, Domenico. *Desenvolvimento sem trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Esfera, 1999.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico. *Revista Cultura Vozes*, n.5, 1999.
- LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- MARX, Karl. *O capital*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- MARX, Karl. ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã*. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MASCARENHAS, Fernando. *Lazer e grupos sociais: concepções e método*. Campinas: Faculdade de Educação Física/Unicamp, 2000. (Dissertação, Mestrado em Educação Física).
- SCHAFF, Adam. *Sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SGUISSARDI, Valdemar, AMARAL, Nelson Cardoso. O Banco Mundial revisa posições: quem pagará a conta? *Revista da Adufg*, n.4, Goiânia, 2000.
- SILVA, Maurício Roberto da. Notas introdutórias sobre o GTT educação física/esporte e grupos/movimentos sociais. In: GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). *Educação física/ciências do esporte: intervenção e conhecimento*. Florianópolis: CBCE, 1999.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. Brincando na internet: uma análise sobre o imaginário presente nos bate-papos virtuais. *Licere*, v.2, n.1, Belo Horizonte, 1999.